

Representações midiáticas do MST: entre censuras e potências

Yasmin Ribeiro Gatto¹

André Aparecido Medeiros²

Resumo

O MST, como outros movimentos sociais, nem sempre é noticiado de forma adequada, fazendo com que os militantes sejam alvo de preconceitos e de agressões, que acabam sendo naturalizadas. A importância desse fato se faz visível na medida em que se reconhece que, ao retratar assuntos de interesse público, a mídia exerce influência sobre a sociedade, produzindo discursos que repercutem na formação do imaginário coletivo, muitas vezes consolidando imagens deturpadas. Buscando identificar meios pelos quais dois sites de diferentes tipos de mídia fazem seu enquadramento, foram analisadas quatro notícias – duas do G1 e duas do site oficial do MST – relativas a fatos do dia 7 de abril de 2016, envolvendo a Polícia Militar e militantes do MST, acampados em Quedas do Iguaçu, Paraná. Este trabalho tem como premissa que na mídia alternativa ou radical e em estratégias como a comunicação para a paz podem ser encontradas outras opções à comunicação, abrindo espaço para diferentes grupos e mensagens.

Palavras-chave: Movimentos sociais. MST. Mídia alternativa. Enquadramento jornalístico. Comunicação para a paz.

Abstract

The MST, like other social movements, is not always properly reported, causing militants to be prejudiced and the aggressions received, which end up being naturalized. The importance of this fact becomes visible in that it is recognized that in portraying subjects of public interest, media exerts influence on society, producing discourses that have repercussions on the formation of the collective imaginary, often consolidating distorted images. To identify means by which two sites of different types of media make their framing, four news items were analyzed - two from the G1 and two from the official MST website - related to the events of April 7, 2016, involving the Military Police and militants of the MST, camped in Quedas do Iguaçu, Paraná, Brazil. This work has as premise that in the alternative or radical media and in strategies like the communication for peace can be found

¹Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus Bauru.

²Mestrando no Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus Bauru.

other options to the communication, opening space for different groups and messages.

Keywords: Social movements. MST. Alternative media. Journalistic framework. Communication for peace.

Introdução

No dia 7 de abril de 2016 houve uma intervenção da Polícia Militar do Paraná, acompanhada de seguranças contratados pela empresa Araupel, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O ato deixou dois militantes mortos e seis feridos. O acontecimento teve repercussão nacional e foi amplamente divulgado pela mídia massiva. A mídia tradicional divulgou o caso de forma diferente do movimento. Com base nessa diferença de cobertura noticiosa, se fez uma comparação entre notícias (do G1 e do site do MST), inferindo a potência da mídia radical³ frente às censuras que os movimentos sociais recebem na mídia tradicional.

O MST, em seus ideais, em sua história, em suas necessidades e na busca pelos direitos que cabem a seus militantes, encontra resistência na mídia hegemônica e no Estado. Um fator associado está na ligação entre representantes destes setores com grandes corporações privadas.

Este estudo surge da busca por refletir os modos como elementos da informação são selecionados e transmitidos. Tem como objetivo fazer uma análise entre as abordagens jornalísticas sobre os óbitos ocorridos, decorrentes da repressão policial ao MST, envolvendo o caso. Arelado à reflexão sobre as funções sociais da mídia, procura-se observar as diferenças na cobertura do acontecimento por parte do G1 (escolhido por ser um site com elevado acesso e repercussão) e da mídia do MST, por meio do site oficial do movimento (como exemplo de abordagem alternativa à imprensa hegemônica). As duas primeiras notícias posteriores ao ocorrido, de ambos os sites, são analisadas, abrangendo os dias 7 e 8 de abril de 2016.

As análises e os apontamentos de possibilidades para a comunicação se fazem com base no referencial teórico de censura invisível (BOURDIEU, 1997), enquadramento jornalístico (CARVALHO, 2009), (SOARES, 2009), mídia comunitária, alternativa ou

³ Termo empregado por alguns autores como: mídia comunitária, alternativa (PERUZZO, 2009) e mídia dos movimentos sociais e radical (DOWNING, 2010).

radical (PERUZZO, 2009), (DOWNING, 2010) e comunicação para a paz (SHINAR, 2008), (NOS ALDÁS, 2010), (NOS ALDÁS; SANDOVAL FORERO; ARÉVALO SALINAS, 2012).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nasce em janeiro de 1984 no Centro-Sul do país, em função de diversos fatores, especialmente a centralização da agricultura. O MST não surge apenas da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento legítimo porque coincidiu com a busca mais ampla da democratização do país, para a qual a reforma agrária era importante. Soma-se a esse interesse, o ressurgimento das greves operárias, em 1978 e 1979 (STEDILE; FERNANDES, 1999).

“O MST é a continuação de 500 anos de disputas envolvendo a terra. São cinco séculos de oposição de grupos ao latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que procuram terra para trabalhar e para viver” (STEDILE; FERNANDES, 1999).

O movimento dá continuidade a um histórico de militâncias populares e sustenta sua organização na ligação com a realidade do camponês e na avaliação política constante e prática, de acordo com seus princípios organizativos, como a direção coletiva, o estudo e o vínculo com a base (SOUZA, 2015).

Ele nasce tendo como bandeira três reivindicações: terra, reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. É um movimento popular, tem característica sindical e é um elemento político. O MST faz oposição à classe dos latifundiários (Estado Burguês) e encontrou como palavras de ordem: “A reforma agrária é uma luta de todos” e “Ocupação é a única solução” (SOUZA, 2015).

Seus objetivos estratégicos se relacionam à eliminação da pobreza e das desigualdades sociais, de modo que, no âmbito rural, o início da trajetória precisa passar pela distribuição da propriedade da terra (STEDILE; FERNANDES, 1999). O movimento é uma organização política e, na busca por seus objetivos, trabalha em várias frentes, como reivindicação por reforma agrária, produção de alimentos, educação e melhoria na saúde e na vida dos membros.

Outro ponto de destaque é o termo “ocupação”, que costuma ser pouco entendido e pouco usado pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral. Segundo Stedile, em entrevista (STEDILE; FERNANDES, 1999, p.113), desde o surgimento do MST, o

termo ocupação é entendido como “uma forma aglutinadora, não é um grito isolado”. Stedile explica que o termo “ocupar” significa união e não isolamento e usa o exemplo dizendo que se alguém for ocupar um supermercado sozinho, vão chamá-lo de ladrão, mas se várias pessoas o ocuparem, será uma ocupação legítima.

Consciente do papel social das mídias e visando a unir forças na disputa contra-hegemônica, o MST criou o Setor de Comunicação, que cumpre a função “de construir os próprios meios de comunicação do Movimento, tanto com caráter mais interno quanto mais externo, assim como se relacionar e fazer a ponte entre a organização com os demais meios de comunicação.” (MST, 2016a). O MST possui ou está inscrito em diversas mídias: Facebook, Twitter, Youtube, Jornal Sem Terra, Revista Sem Terra e Site Oficial, que contém muitas informações acerca do movimento.

Mídia hegemônica e sua atuação

Enquanto parece comum que a atuação estatal e privada seja atenuada pela imprensa hegemônica, ou posicionada de modo a ser vista como sensata e necessária, a retratação do MST, muitas vezes, faz uso de conceitos que podem induzir um julgamento negativo. O movimento social não costuma ser noticiado de forma correta, fazendo com que a imagem dos militantes passe a ser alvo de preconceitos e, de certo modo, naturalizando agressões.

A distinção das coberturas noticiosas, que induzem a diferentes juízos sobre ocorridos, aponta para o enquadramento da notícia. Uma característica do fato é que se reconhece que, ao retratar assuntos de interesse público, os meios de comunicação exercem influência sobre a sociedade, produzindo discursos que repercutem na formação do imaginário coletivo, muitas vezes consolidando imagens deturpadas (NOS ALDÁS; SANDOVAL FORERO; ARÉVALO SALINAS, 2012, pp. 31-36).

Este trabalho tem como premissa que na mídia alternativa ou radical se pode encontrar uma opção à comunicação que nem sempre se demonstre preocupada com movimentos sociais; a mídia alternativa confere, com mais frequência, espaço para diferentes grupos e mensagens. Com o intuito de observar exemplos desse mecanismo, bem como a possibilidade de alterações existentes, objetiva-se analisar abordagens midiáticas sobre as mortes e o conjunto de fatos decorrentes da repressão policial ao MST, em abril de 2016, em Quedas do Iguaçu, Paraná.

A mídia, em seus diferentes tipos, diversas vezes, não faz uso do potencial democrático que seu alcance e influência favorecem. Ela exerce elevada interferência sobre as opiniões e, muitas vezes, faz uso negativo dessa capacidade. É comum que a influência da mídia não seja empregada na promoção do respeito e da justiça social.

Considera-se grave o fato de a notícia ser construída, por vezes, de modo tendencioso, em suas referências, nas imagens mostradas, nas palavras utilizadas e nas fontes conferidas, ocultando fatos que deveriam ser apresentados. A mídia deixa de ser utilizada para o exercício da democracia e passa a ser um espaço para o exercício de relações de poder.

Bourdieu (1997, pp. 101-116) explica como o jornalismo confere força aos jornalistas. Para o autor, os jornalistas detêm uma forma rara de dominação, com o poder sobre os meios para se expressar publicamente. Esse poder, por vezes, é desviado para proveitos ideológicos, levando jornalistas a imporem, à sociedade, sua visão de mundo ou a visão daqueles para os quais trabalham.

Por vezes, pautas delicadas são retratadas de modo inadequado pelos meios de comunicação. Ao elencar o que será apresentado e ao construir a informação, a imprensa promove o que Bourdieu (1997, pp. 19-30) chama de censura invisível. Constata que a imprensa, não raras vezes: mostra algo diferente do que é preciso mostrar; mostra o que é preciso mostrar, mas de maneira a torná-lo insignificante; reconstrói a informação de modo a adquirir um sentido que não corresponda ao real; ou simplesmente oculta uma informação para mostrar outra.

Podem-se notar casos nos quais a seleção da notícia busca o sensacional e convida à dramatização. Conforme discute Bordieu (1997, pp. 24-25), enquanto certos fatos são mostrados de modo insignificante, outros são reconstruídos de modo a receberem elevada importância e gravidade, com ênfase exagerada no trágico. Na lógica instaurada, como denuncia o autor, passa a ser aceitável que, em relação a grupos marginalizados, a abordagem de rebeliões possua maior conveniência.

Reforçando tais aspectos, Nos Aldás (2010, pp. 113-121), tendo em vista que os meios de comunicação influenciam o pensamento e a aprendizagem da sociedade, discute importantes características relacionadas ao poder da comunicação. Considerando os traços massivos da mídia hegemônica, é necessária, segundo a autora, uma reeducação das competências comunicativas dos públicos. Alerta que, muitas vezes, a mensagem é transmitida como verdade absoluta, com enfoque persuasivo, afastando o

público da possibilidade de dúvida. A mensagem é, frequentemente, apresentada como completa e como única opção da realidade.

Enquadramento jornalístico

A atividade jornalística permite ao jornalista promover “recortes” do real, excluindo assim alguns aspectos dos acontecimentos ou dando ênfase a outros, ou seja, ao fazer recortes arbitrários o repórter não noticia na perspectiva da totalidade, mas sim por meio de fragmentos, isto é, de enquadramentos. “O enquadramento está centrado em reflexões acerca dos modos como é possível, a cada indivíduo, identificar a situação diante da qual se encontra em presença” (CARVALHO, 2009, p.3). Assim, o enquadramento possibilita uma interpretação da notícia. Conforme Carvalho:

[...] narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste [...] na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante (2009, p.5).

115

Ao enquadrar uma notícia, o jornalista seleciona aspectos que possam proporcionar ao leitor o entendimento do fato. É válido lembrar que esse entendimento do leitor vai depender do conhecimento de mundo que ele tenha; é o conhecimento primário do leitor sendo acionado. “A estrutura primária é o que permite aos indivíduos interpretar o mundo a sua volta, constituindo um esquema de interpretações que permite dar significado” (GOFFMAN, 2006, p.21).

Essa teoria é útil ao analisar materiais jornalísticos, pois possibilita ao pesquisador perceber, dentro dos textos, o tema selecionado e o que foi enfatizado, podendo pensar sobre os aspectos excluídos e o possível motivo dessa exclusão. É válido pensar também como os operadores jornalísticos e os consumidores desses produtos interagem e dão suporte para o entendimento dos acontecimentos sociais.

[...] ao fornecerem, repetirem e, reforçarem palavras e imagens que referenciam algumas ideias, mas não outras, os enquadramentos tornam algumas ideias mais salientes no texto, outras menos e outras inteiramente invisíveis. As orientações dos enquadramentos são difíceis de detectar porque muitos artifícios podem parecer “naturais”, simples

escolhas de palavras ou imagens (ENTMAN, 1993⁴ apud SOARES, 2009).

O enquadramento, forma de representação presente na mídia informativa, exerce forte influência nos receptores e isso é confirmado por meio de várias pesquisas empíricas (SOARES, 2009, p. 19). A representação não é apenas uma informação pontual, mas traz consigo um tipo de simulação de objetos, eventos, manifestações, relações sociais, com o objetivo de mostrá-los de alguma maneira.

[...] os meios de comunicação modernos são a concretização tecnológica máxima da “representação” naquele sentido de uma reapresentação, a partir da semelhança, da figuratividade da imagem, da simulação. Como aparentam ser ou mesmo se apresentam como um retrato do mundo, essas representações instauram ou sancionam, homologam, naturalizam certos vieses, os quais, no âmbito discursivo, sugerem que esse é o modo de ser da sociedade representada, podendo servir para fixar ou confirmar estereótipos étnicos, sociais, de gênero, profissionais. Trata-se ora da instauração de padrões “normais” ou “modelos”, ora de imagens pejorativas ou idealizadas de populações, categorias sociais, minorias etc. (SOARES, 2009, pp. 18-20).

116

A representação jornalística dos atos do MST naturaliza quais vieses? De que forma essa representação relata o modo de atuação do movimento na sociedade? Como as censuras são potencializadas ou rompidas de acordo com o enquadramento dado às notícias? É por possibilitar respostas a questionamentos como esses que o enquadramento jornalístico é utilizado nesta pesquisa e tem sido base para diversos estudos sobre etnias, minorias, gênero, movimentos sociais etc. Segundo Soares (2009, p. 20) são as intervenções invisíveis do autor que tem capacidade de influenciar de maneira sucinta a percepção dos leitores, contribuindo para estabelecimento ou fixação de estereótipos.

Análise comparativa entre G1 e Site Oficial do MST

É feita a análise de quatro matérias, não sendo feita a análise dos vídeos, levando em conta que texto escrito e fotografias apresentem material abrangente. A primeira matéria a ser analisada a partir do enquadramento jornalístico é do portal de notícias G1,

⁴ ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43 (4), pp. 51-58, Aug. 1993.

intitulada: “Confronto entre MST e polícia deixa mortos e feridos no sudoeste do PR”, publicada no dia 7 de abril de 2016, dia do acontecimento.

Confronto entre MST e polícia deixa mortos e feridos no sudoeste do PR

PM e MST confirmaram que dois integrantes do movimento morreram. Confronto ocorreu nesta quinta (7), na área rural de Quedas do Iguaçu.

Luciane Cordeiro e Thais Kaniak
Do G1 PR



Fig. 01

Um trecho da matéria:

Um confronto entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e policiais militares ambientais em um acampamento em Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, deixou ao menos duas pessoas mortas. De acordo com a Polícia Militar (PM), seis pessoas ficaram feridas. O confronto aconteceu nesta quinta-feira (7). Inicialmente, o MST havia afirmado que 22 integrantes do movimento tinham sido atingidos por disparos de arma de fogo. Mas, depois, informou que aproximadamente seis sem-terra estavam feridos e que o número exato ainda não havia sido confirmado porque a polícia estava impedindo a aproximação de integrantes do MST no local. (CORDEIRO; KANIAK, 2016)

A matéria afirma que houve confronto entre integrantes do MST e da PM, como se os dois grupos estivessem armados ou se enfrentando. Existe uma discordância inicial no

número de mortos e feridos divulgados pela polícia e os divulgados pelo movimento. Os dados passados pelo MST são apresentados, destacando um possível equívoco, no qual a afirmação “22 integrantes [...] atingidos” se converte em “aproximadamente seis sem-terra estavam feridos”, de modo a concordar com os dados da PM. Além disso, a PM, nas informações do início da matéria, não especifica se “seis pessoas” abrange apenas civis, abrindo uma brecha para o entendimento de que militares pudessem fazer parte da contagem. Apenas no fim da reportagem aparece a informação de que “Ainda não há informações de policiais feridos”.

Durante a notícia, a polícia é colocada, por vezes, como *protetora* de uma propriedade que foi “invadida” pelos sem-terra. No texto, é constante a criminalização do movimento e dos integrantes. As jornalistas fazem uma recuperação da “invasão” que foi feita pelo MST em 2014 e afirmam que eles destruíram várias mudas da fazenda. Outro ponto passível de análise abrange as fontes, sendo que a polícia e a Araupel - “uma empresa de reflorestamento e beneficiamento de produtos de madeira que está estabelecida na região há 43 anos” – possuem preponderância de fala e o movimento só fala em uma ocasião.

São citados os pontos de vista da polícia e dos integrantes do movimento. A presença da polícia é, inicialmente, justificada a partir de um crime ambiental (incêndio no local), sendo mencionado que houve um bloqueio feito pelo MST, com disparos contra a equipe policial. Posteriormente, é citado que para o MST o incêndio não foi a razão da presença da polícia, tendo ocorrido uma emboscada e um ataque ao acampamento.

É utilizado o termo “invasão”, inclusive em um dos subtítulos, termo que não é reconhecido pelo movimento. Em um dos parágrafos finais é realçado que “Desde julho de 2014, quando a fazenda de reflorestamento foi *invadida* por centenas de famílias, o clima é tenso na região” (grifo nosso). O fator financeiro é considerado: “a Araupel calcula perdas de mais de R\$ 35 milhões com as invasões.” Em contrapartida, é acrescentado um trecho do comunicado do MST, que cita as constantes ameaças sofridas pelos sem-terra do local.

A matéria é encerrada com uma notícia que remete a um fato externo ao ocorrido: é apresentada uma imagem de mudas danificadas e é dito que, segundo a Araupel, “mais de 1,2 milhão de mudas de pinos para reflorestamento foram destruídas” em uma ação de integrantes do MST no mês de março, causando “um prejuízo de R\$ 5 milhões.”

O jornalista tem o poder de defender ou de julgar, ao enquadrar o texto. Rothberg (2007, p. 3) infere:

[...] um enquadramento é construído através de procedimentos como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos e situações do dia são dados a conhecer.

Ou seja, ao selecionar certo aspecto, o jornalista dá ao texto a perspectiva que lhe é mais conveniente.

É um fator preocupante quando o enquadramento afasta a percepção do público para a realidade dos acontecimentos e não expõe uma contextualização abrangente. Os termos empregados podem influenciar na assimilação. Nos Aldás (2010, p. 116) lembra a importância da opção pelo uso de “uma linguagem que atenda à ética dos conteúdos tratados e o compromisso com as circunstâncias que motivam sua comunicação”. A autora evidencia o cuidado que deve existir no trato de temas que envolvam grupos marginalizados: “temas sociais marcados pela vulnerabilidade de certos grupos, não podem ser tratados superficialmente” (p. 116). As diferentes manifestações comunicativas devem se cruzar no anseio pela ética, de modo que a comunicação parta dos interesses coletivos e não particulares.

A segunda matéria a ser analisada é a do próprio movimento, postada pelo setor de comunicação e foi intitulada: “Sem Terra são assassinados no Paraná”. Também foi publicada no mesmo dia.

119



Fig. 02

Um trecho da matéria:

Na tarde dessa quinta-feira (7), duas equipes da Polícia Militar do Paraná, acompanhadas de seguranças da empresa Araupel atacaram o acampamento Dom Tomás Balduino, na região de Quedas do Iguaçu,

Centro do estado. Até o momento existe a confirmação de dois mortos e aproximadamente seis feridos - o número exato ainda não foi confirmado -, pois a polícia militar está, nesse momento, impedindo a aproximação de integrantes do Movimento no local. (MST, 2016b)

É perceptível a diferença na cobertura do acontecimento, o que, inicialmente, é esperado, dada a diferença entre os tipos de mídia. A distinção entre os sites não exclui a possibilidade de observação e comparação quanto ao enquadramento empregado, pois os textos analisados se tratam de coberturas que procuram informar acerca de um ocorrido; a direção político-ideológica se distingue e se faz notar por meio do enquadramento.

Logo no título da notícia o site do MST afirma que “Sem Terra foram assassinados no Paraná”. No primeiro parágrafo, é mencionado que os policiais militares “atacaram o acampamento”, deixando espaço para o entendimento do fato de que os acampados não tinham armas de fogo. É diferente da cobertura feita pelo G1, que afirma que houve “confronto” e criminaliza o movimento.

A visível diferença da cobertura noticiosa nos possibilita inferir que se a população não tem acesso ao conteúdo da mídia radical, tem grande chance de ter acesso a um olhar criminalizador do movimento, via imprensa, ou pelo menos a momentos de acusação. Na mídia hegemônica, por vezes, o movimento é julgado sem poder se explicar em igualdade de voz. Na própria divulgação dos acontecimentos o movimento é, por vezes, culpado. Nesse sentido, Peruzzo (2009, p. 2) menciona que:

[...] a comunicação alternativa se baliza por uma proposição diferente: pretende ser uma opção como canal de expressão e de conteúdos infocomunicativos em comparação à grande mídia comercial e à mídia pública de tendência conservadora. Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial — tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos tratados e pela abordagem crítica —, nos modos de organização e nas estratégias de produção/ação.

O enquadramento utilizado pela mídia radical, muitas vezes, muda o sentido do texto. As escolhas são feitas para explicar o que houve sob o ponto de vista marginalizado. Há ênfase em certas palavras, seleção de fontes e exclusão de outras (neste caso analisado, a exclusão de relatos da polícia, que já possui adequado espaço em outros meios). Mais uma vez, nota-se o poder do comunicador ao enquadrar uma notícia.

A terceira notícia a ser analisada é do dia 8 de abril, um dia após o acontecimento. O G1 traz o seguinte título: “MST afirma que vítimas mortas no Paraná foram atingidas pelas costas”.

MST afirma que vítimas mortas no Paraná foram atingidas pelas costas

Segundo a PM, houve confronto entre policiais e sem-terra em ocupação. Área em Quedas do Iguaçu vem sendo disputada na Justiça desde 2014.

Fabiola Warmeister
Do G1 PR



Fig. 03

Neste texto, o G1 coloca muitas falas do movimento, inclusive no título, mas a forma de tratá-las inclui brechas pejorativas. Um trecho da matéria:

Integrantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirmam que as duas vítimas mortas na quinta-feira (8) em um confronto com a polícia em Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, foram atingidas "pelas costas". Em nota, o movimento afirma ainda que os sem-terra foram vítimas de uma emboscada feita por policiais militares e por seguranças contratados pela Araupel, empresa de reflorestamento que teve a propriedade invadida em 2014. “No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinados os trabalhadores rurais Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos, e Leomar Bhorbak, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos mais sete trabalhadores e dois detidos para depor e já foram liberados”, aponta o comunicado. (WURMEISTER, 2016).

O texto veiculado no G1 expõe o cenário de um “confronto” no qual “os policiais afirmam terem sido interceptados por mais de 20 integrantes do MST”, enquanto MST (2016c) coloca que “não houve confronto algum” e que “aproximadamente 25 trabalhadores Sem Terra [...] foram surpreendidos pelos policiais e seguranças entrincheirados”.

No seguinte trecho: “A delegada disse ainda que as armas encontradas na área do confronto - uma pistola e uma espingarda - e a dos policiais foram recolhidas e também passarão por perícia” o G1 (WURMEISTER, 2016) menciona que “armas [foram] encontradas na área do confronto”, transparecendo que “uma pistola e uma espingarda” eram as armas dos acampados, sem mencionar quais e quantas eram as outras armas, apenas apresentadas como “e a dos policiais”. Assim sendo, é ocultado o número e o tipo das armas dos policiais que estavam presentes no local. Na notícia anterior, por Cordeiro e Kaniak (2016), o G1 já havia abordado que “uma espingarda e uma pistola foram apreendidas com os sem-terra.”

Enquanto há o reforço do G1 quanto ao armamento de militantes do MST, a página do movimento se foca no uso das armas por parte dos policiais. Menciona que, ao serem alvejados por tiros, os Sem Terra:

[...] para se proteger, correram mato adentro em direção ao acampamento, na tentativa de fugir dos disparos que não cessaram. Em relato a PM admite que os dois corpos fossem recolhidos de dentro da mata. Todas as vítimas foram baleadas pelas costas, o que deixa claro que estavam fugindo e não em confronto com a PM e seguranças. (MST, 2016c).

Em meio à censura do invisível, ocorreu omissão de certos aspectos importantes por parte de alguma das fontes, com relação ao bloqueio policial. Somente a mídia do MST aponta gravidade no fato, enxergando o bloqueio da PM como um ato que dificultou a investigação e o registro do ocorrido, bem como o atendimento às vítimas, como se pode notar em MST (2016c): “O local onde ocorreu a emboscada ficou isolado pela PM por mais de duas horas, impedindo o socorro dos feridos”.

Com outro enquadramento, a matéria do G1 (CORDEIRO; KANIAK, 2016) se limita a dizer que “o número exato [de feridos] ainda não havia sido confirmado porque a polícia estava impedindo a aproximação de integrantes do MST no local.” Tal afirmação de impedimento de integrantes do MST ganha uma nova dimensão quando informada pelo

movimento, que amplia os grupos que tiveram acesso impedido – “qualquer outra pessoa que se aproximasse para socorrer e documentar” (MST, 2016c) –, expandindo a repercussão do feito. A mídia do MST (2016c) também apresenta outros atos que a PM teria praticado: “removeu as vítimas sem a presença do IML, bem como, os objetos da cena do crime”.

Quanto a essa situação, o posicionamento da PM, apresentado pelo G1 (CORDEIRO; KANIAK, 2016), se pauta em outra narrativa, manifestando preocupação com os acampados e com a segurança:

A PM enviou equipes para o local para resgatar as vítimas e um helicóptero para remover os feridos. Além disso, policiais militares e civis foram para a região com o objetivo de reforçar a segurança, já que há uma briga judicial envolvendo o MST e a empresa Araupel.

O papel do enquadramento é preponderante no texto, pois “enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (ENTMAN, 2007⁵, p. 164 apud ROTHBERG, 2007, p. 34). Refletem-se os caminhos pelos quais as páginas conduziram os leitores.

Sabe-se que o G1 é o site líder de acesso na categoria notícias, no Brasil, tendo 510,4 milhões de páginas vistas por mês, conforme informações de 2017 (ANUNCIE, 2017). Embora seja esperado que as duas matérias veiculadas pelo G1 tenham recebido mais acesso do que as veiculadas pelo MST, não há nos sites do G1 e do MST a informação sobre o número de visualizações das notícias analisadas.

Percebe-se que o MST condenou a atuação dos policiais militares, enquanto o G1 abriu espaço para a opinião contrária ao movimento, havendo, inclusive, trechos no qual o movimento é criminalizado. A criminalização efetuada na mídia pode gerar impacto, na medida em que atinge seus receptores. O público do G1 pode ter interpretado o movimento negativamente. Por outro lado, os leitores da mídia do MST podem ter guardado uma imagem negativa acerca da atuação da polícia militar ambiental naquele evento.

⁵ENTMAN, Robert. M. Framing bias: media in the distribution of power. *Journal of Communication*. Vol. 57, n. 1, 2007, pp. 163-173.

Considerando a audiência do G1, é de se esperar que mais pessoas recebam o seu ponto de vista acerca do movimento e do acontecimento do que o ponto de vista veiculado pelo MST, que explica com maiores detalhes a realidade na qual o movimento está inserido. Evidencia-se que mesmo que a cobertura jornalística do G1, nas notícias do dia 8 de abril, tenha conferido mais falas ao MST, ele ainda é noticiado na perspectiva hegemônica da mídia tradicional, com sua perspectiva sendo colocada em cheque.

A última matéria aqui apresentada, a qual já teve trechos previamente analisados, intitula-se: “MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná”.



Fig. 04

Um trecho da matéria:

Na tarde desta quinta-feira (07 de abril), famílias do MST, organizadas no Acampamento Dom Tomas Balduino, no município de Quedas do Iguaçu, região central do Paraná, foram vítimas de uma emboscada realizada pela Polícia Militar do Estado e por seguranças contratados pela empresa Araupel. No ataque covarde promovido pela PM e por seguranças da Araupel, foram assassinados os trabalhadores rurais, Vilmar Bordim, de 44 anos, casado, pai de três filhos e Leomar Bhorbak, de 25 anos, que deixa a esposa grávida de nove meses. Também foram feridos mais sete trabalhadores e dois detidos para depor e já foram liberados. O acampamento, cuja ocupação teve início em maio de 2015, possui aproximadamente 1,5 mil famílias e está localizado no imóvel rural Rio das Cobras, que foi grilado pela empresa Araupel. A Justiça Federal

declarou, em função da grilagem, que as terras são públicas e pertencem à União, portanto, devem ser destinadas para a reforma agrária (MST, 2016c).

Na matéria do movimento, o Setor de Comunicação é enfático ao posicionar o fato como injusto. Ele afirma que o “ataque” da polícia foi “covarde”, considerando que os integrantes do movimento estavam despreparados, pois “foram surpreendidos” pela “emboscada” e não aparentavam estar dispostos a um “confronto”, inclusive correram, tentando salvar suas vidas. No texto, o MST discorre, ainda, sobre a ocupação nas terras e justifica o motivo.

Outro fato para se atentar é que as duas pessoas “assassinadas” são colocadas na matéria do MST como pais de família e trabalhadores, fato somente apresentado pelo G1 quando faz uma citação direta de parte do trecho acima, distanciando-se da apresentação. Foi por meio do site do MST que foram divulgados os dados de ambos, deixando margem ao entendimento de que o G1 não tenha se preocupado em conversar com o movimento a este respeito, se limitando a procurar divulgações prévias efetuadas pelo Setor de Comunicação do movimento. Entendemos a importância da aproximação da cobertura para com as maiores vítimas do ocorrido. A apresentação de tais pessoas pode gerar desconforto de alguns, mas contribui para a empatia e a sensibilização do leitor.

Fica nítida a importância da mídia radical. Peruzzo (2009) afirma que a mídia radical proporciona outra visão sobre um determinado acontecimento e é:

[...] elaborada no âmbito dos movimentos populares e das comunidades, e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação.

Vale observar que o enquadramento de cada matéria proporciona ao público uma visão do ocorrido entre PM e MST, o que já pode ser percebido na escolha das palavras. Para aqueles, os militantes “morreram”, para estes, foram “assassinados”; para aqueles, os militantes “invadiram” uma propriedade de posse de uma empresa, para estes, “ocuparam” latifúndios de terras que já tinham sido destinados à reforma agrária.

Nesse sentido, no enquadramento do G1, as mortes são transmitidas de forma neutralizada ao serem inseridas em um contexto de “invasão” e são justificadas com a ideia do “confronto”, reforçada com a mensagem de delinquência exposta na memória de

mudas de pinos destruídas e uma menção do prejuízo, de algum modo alertando para os perigos das ações dos militantes, previamente conhecidos pela PM e pela Araupel. Enquanto isso, para o MST (2016b), o “assassinato” dos “trabalhadores” é apresentado na perspectiva de “parte do clima de tensão que nasce na luta pelo acesso à terra e contra a grilagem na região”, em meio a “constantes ameaças por parte de seguranças e pistoleiros, ameaças essas que contam com a conivência do governo e da Secretaria de Segurança Pública do Estado”.

A voz de grupos marginalizados: a mídia possibilitando adequado espaço de expressão

Diante da lógica do lucro, os produtos culturais, artísticos e comunicacionais são potenciais suportes do sistema usado para a dominação. Por outro lado, conforme seus interesses, tais produtos também podem ser meios de disseminação da equidade e da justiça.

A discussão traz a importância da abordagem da comunicação para a paz, que se relaciona, inclusive, a pautas do eixo de comunicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na promoção de estratégias de construção de uma Cultura da Paz. A comunicação comunitária, ao atuar na democratização da mídia, se liga a valores da comunicação para a paz, trazendo ao público a possibilidade de acesso a diferentes vozes.

Na mídia alternativa ou radical e em estratégias como a comunicação para a paz podem ser encontradas opções à comunicação tendenciosa⁶, abrindo espaço para diferentes grupos e mensagens. Estudar essas possibilidades comunicativas se faz pertinente no cenário de dominação de grandes grupos de comunicação midiática, ampliando o conhecimento e a difusão de uma comunicação que promove a democratização da mídia.

Por conta de, com mais frequência, dar voz aos grupos marginalizados, a comunicação alternativa (ou mídia radical) frequentemente contextualiza os fatos a partir

⁶ A mídia alternativa, por vezes, apresenta apenas o ponto de vista dos grupos marginalizados, tendendo para um lado, o que não é entendido como fator negativo, por si só, visto que é considerado que os grupos hegemônicos já possuem espaço suficiente para a divulgação de sua fala, atingindo grande parcela da sociedade; o agravante se encontra quando uma mídia esconde o que deve ser revelado.

de visões não dominantes, oferecendo à sociedade a possibilidade de acesso a outros pontos de vista. Para o equilíbrio da comunicação, as falas devem ser adequadamente contextualizadas. É sintomático o fato de que as palavras de militantes, por vezes, sejam desprezadas por uma montagem ou sequência de escrita que a coloquem no plano da dúvida, levando o público a acessar um questionamento de sua veracidade. Tem-se em vista o papel da mídia alternativa, mas considerando a elevada recepção da mídia hegemônica, alertamos para a importância de o público, com relação a pautas envolvendo os movimentos sociais e os grupos sócio-acêntricos, encontrarem uma abordagem ponderada dos fatos.

Faz-se importante reconhecer que as vozes dos movimentos sociais costumam ser negadas pelo discurso midiático de massa. Faltam espaços equilibrados ao debate. Com isso, o preconceito é construído, afastando a promoção da cidadania, a consciência solidária e o engajamento social.

As abordagens precisam manifestar sua ponderação ao dosar informações. A estrutura democrática de mídia deve buscar a honestidade e o equilíbrio entre os interesses privados e públicos, como aponta Shinar (2008, p. 39), reconhecendo as “considerações econômicas e de controle da mídia, assim como a necessidade de atividades que não assegurem lucro imediato”, sem esquecer a necessidade global por fatores de “informação, contextualização e transparência, desvinculados, tanto quanto possível, de interesses particulares”.

No compromisso com o coletivo, é necessário, de acordo com Nos Aldás (2010, p. 115), “comunicar para conceituar as experiências”. A responsabilidade da comunicação vai além de contar os fatos como são ou foram e abrange o uso do discurso para mostrar os aspectos preocupantes da realidade. É necessário interpretar a sociedade, bem como as responsabilidades da comunicação, a partir de interesses públicos e solidários.

Nos Aldás (2010, p. 121) destaca a importância de associar “o rigor informativo à personalização” de modo a promover “a identificação do receptor com os temas abordados.” O espaço para o sentimento no processo de compreensão das circunstâncias abordadas é, segundo a autora, enfatizado na transmissão das particularidades de cada realidade. Os sentimentos devem ir além da pena, da compaixão e da raiva, devendo ser “eficazes para uma sensibilização a longo prazo”. Esse processo deve considerar, conforme a autora (p. 121) a “leitura do passado e de suas injustiças, recuperando seus ensinamentos úteis. Para, deste modo, transformar estruturas que possam levar a

situações paralelas ou interpretar e solver outras que já estejam se produzindo.” Percebe-se, desse modo, a importância do papel educativo da comunicação.

É importante a educação de comunidades para as mídias, tanto em termo de recepção como de produção. Com os avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação, cada vez mais, militantes encontram espaço de circulação de suas ideias. Como o próprio MST (2016a) menciona, “A comunicação tem um papel central na sociedade na disputa entre hegemonia e contra-hegemonia” sendo importante que a comunicação alternativa, feita pelo povo, seja promovida, na realização da disputa contra-hegemônica.

Considerações finais

A respeito do referencial teórico utilizado, é possível associar a proximidade dos conceitos de censura invisível e enquadramento jornalístico. Foram analisadas matérias envolvendo a mídia comunitária radical e também a mídia hegemônica. Apesar das matérias estudadas não terem sido desenvolvidas a partir da comunicação para a paz, o diálogo com conceitos da teoria somou ao debate da necessidade de um enquadramento que não provoque prejuízos, possibilitando abordagens adequadas.

Foi possível notar a diferença entre os enquadramentos dos dois sites quanto a um mesmo ocorrido. A mídia do MST é ativista, se eximindo do compromisso com o equilíbrio das informações, de modo que o ponto de vista do movimento se sobressaia. Fatos apresentados pelo site do MST chocam com dados do G1, quando este apresenta a versão da polícia, pois um novo enquadramento entra em cena.

As fontes consultadas entre as duas mídias se diferem, tendo o G1 referenciado mais instituições. Os dados acerca do posicionamento da polícia são resumidos em poucas palavras na mídia do MST, apenas no âmbito de algumas informações que a PM admitiu em relato, bem como suas atitudes, a partir do ponto de vista do movimento. As matérias do G1 apresentam informações de relatos de integrantes do MST e também da PM, que possui uma versão diferente acerca do ocorrido em Quedas do Iguaçu, Paraná.

Como mencionado, certos fatos presentes na cobertura do G1 não estão presentes na cobertura do MST, mas o oposto também acontece; o G1, mesmo contando com o posicionamento do MST, não enquadra esse posicionamento da mesma forma, de modo que os dados não são sempre os mesmos e não aparecem da mesma maneira.

Por questões estruturais, neste artigo foi analisada uma pequena amostra de notícias. Reconhecemos que muitos outros exemplos poderiam ter sido utilizados, sem embargo, entendemos que a amostra é representativa e permite uma análise de enquadramentos entre coberturas. Conforme estudado, a apresentação da notícia aponta para um enquadramento, que guarda intenções e exerce um impacto.

Percebe-se que, no exemplo do evento estudado, a mídia possuiu um espaço para contextualizar os fatos, apresentando o cenário no qual o conflito se deu, gerando empatia pelo movimento. Com relação à oportunidade de informar amplamente e educar para o respeito e a solidariedade, a imprensa de massa não se aprofundou no debate da reforma agrária, destacando o imediatismo do ocorrido. Na contextualização da situação de conflito predomina os interesses da Araupel, inclusive quando ocorre a menção de um outro conflito envolvendo mudas. Nesse cenário, a mídia alternativa revela sua importância ao possibilitar novos pontos de vista à sociedade.

A partir da análise com o uso do enquadramento, pode-se considerar que a representação jornalística hegemônica do MST naturalizou a imagem que criminaliza o movimento. Parte da sociedade que enxergue os militantes como “gente que não tem o que fazer e rouba terras” não recebeu, em qualidade, discursos que deixassem de alimentar tal crença. A sociedade não é informada acerca das razões da existência do movimento e de suas buscas. Militantes permanecem sendo apresentados como “invasores” e não “ocupantes”, de modo que não é enfatizada a destinação da propriedade à reforma agrária e o direito à terra.

Desta forma, infere-se que de acordo com o enquadramento dado às notícias que retratam o movimento, as censuras se potencializam ou não. Os militantes, o movimento e as ações correm o risco de serem retratados de maneira equivocada ou incompleta, levando a dificuldades acerca da compreensão de seus atos. Considera-se que quando a mídia se volta para a causa social, por meio de enquadramentos mais abrangentes, a sociedade passa a ser mais consciente da realidade política e territorial, estando mais bem informada acerca do MST, como de outros movimentos sociais.

Referências

ANUNCIE na globo.com. In: **G1** – sites. Disponível em: <<http://anuncie.globo.com/redeglobo/sites/noticias/g1/home.html>>. Último acesso em: 3 nov. 2017.

Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p.110 –131. Jul/Dez 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico**. Contemporânea, v.7, n.2. Dez, 2009.

CORDEIRO, Luciane; KANIAK, Thais. Confronto entre MST e polícia deixa mortos e feridos no sudoeste do PR. In: **G1** – notícias em Oeste e Sudoeste - PR. 7 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/confronto-entre-mst-e-policia-deixa-mortos-e-feridos-no-sudoeste-do-pr.html>>. Último acesso em: 4 nov. 2017.

DOWNING, John. **Parceiros não comunicativos**: análise da mídia dos movimentos sociais e os educadores sociais. Matriz, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Análises do Frame**: os marcos da experiência. Mdra: Século XXI, 2006.

MST. MST exige punição imediata dos responsáveis pelo crime cometido contra Sem Terra no Paraná. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 8 abr. 2016c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/08/mst-repudia-acao-da-pm-e-exige-punicao-imediata-dos-responsaveis-pelo-crime-cometido-contra-os-sem-terra-no-parana.html>>. Último acesso em: 4 nov. 2017.

MST. Quem Somos – Organização – Comunicação. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2016a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Último acesso em: 25 nov. 2016.

MST. Sem Terra são assassinados no Paraná. In: **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 7 abr. 2016b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/04/07/sem-terra-sao-assassinados-no-parana.html>>. Último acesso em: 4 nov. 2017.

NOS ALDÁS, Eloísa. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita, In: JALALI, Vahideh R. R. (org.) **Estudos para a Paz**. Aracajú: Editora Criação, 2010, pp.113-128.

NOS ALDÁS, Eloísa; SANDOVAL FORERO, Eduardo Andrés; ARÉVALO SALINAS, Alex Iván. Introdução – A comunicação e a educação para a paz nas migrações; Tradução Raquel Cabral, Martín dos Santos e Fabricio Carrijo Borges. In: _____ (Org.). **Migraciones y cultura de paz**: Educando y comunicando solidaridad. Madri: Dykinson, S. L., 2012. pp. 31-38.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, pp. 131-146, jun. 2009.

ROTHBERG, D. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 5., 2007, Aracajú. Anais do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

SHINAR, Dov. Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz. **Líbero**, ano XI, n. 21, 2008, pp. 39-48.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: cultura acadêmica, 2009.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **As mídias radicais do MST: representações políticas e culturais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

WURMEISTER, Fabiula. MST afirma que vítimas mortas no Paraná foram atingidas pelas costas. In: **G1 – notícias em Oeste e Sudoeste - PR.** 8 abr. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/04/mst-afirma-que-vitimas-mortas-no-pr-foram-atingidas-por-tiros-nas-costas.html>>. Último acesso em: 4 nov. 2017.

Recebido em: 23/05/2017.

Publicado em: 01/12/2017.